


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Matão

FORO DE MATÃO

2ª VARA CÍVEL

Rua Leandro Bocchi, 560, ., Residencial Monte Carlo - CEP 15991-152,

Fone: (16) 3221-1908, Matao-SP - E-mail: matao2@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min
DECISÃO

Processo Digital nº: **1001262-23.2025.8.26.0347**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum Cível - Cédula de Produto Rural**
 Requerente: _____ e outro
 Requerido: _____

Tramitação prioritária

Juiz(a) de Direito: Dr(a). ANA TERESA RAMOS MARQUES NISHIURA OTUSKI

Vistos.

Narra a parte autora que "*Em 11.09.2024, os AUTORES firmaram com a EMPRESA RÉ (-----) a Cédula de Produto Rural nº CPRI402024SURU (doc. 03 – Cédula de Produto Rural), para aquisição de grãos e insumos destinados à plantação da soja de 2024/2025. Segundo estabelecido na cláusula 1ª, caberia à EMPRESA RÉ a entrega de 1.200.000 kg (um milhão e duzentos mil quilogramas) de soja em grãos, além dos insumos necessários para plantação. Como contrapartida ao fornecimento dos insumos, caberia aos produtores entregarem parte da soja colhida, o equivalente a 20.000 sacas com 60kg, no armazém indicado na cláusula 4.1, até o dia 30 março de 2025, o que serviria como pagamento.*"

Alega que "*a entrega das sementes e dos demais insumos, que eram a base para o plantio de toda a safra de soja 2024/2025, simplesmente não ocorreu, o que causou grave prejuízo aos Autores*".

Enfatiza que "*os Autores tiveram que procurar outras empresas Fornecedoras, de última hora, para adquirirem os grãos de soja e insumos necessários para plantação da safra 2024/2025*".

Argumenta, ainda, que "*a despeito de não ter fornecido os produtos comercializados, a empresa Ré continua cobrando dos Autores a entrega de 20.000 sacas com 60kg de soja, os quais ficaram retidos no armazém, impedindo os Demandantes de comercializarem a soja para outros compradores, o que ocasionará grave prejuízo financeiro*".

Requer "*A concessão da tutela de urgência, com efeito cautelar, nos termos dos arts. 300 e 301 do CPC, para suspender os efeitos da obrigação estabelecida na cláusula 4.1, que determina a entrega de parte da soja até o dia 30.03.2025, preservando assim o equilíbrio contratual e evitando lesão grave e de difícil reparação aos Autores, bem como preservando o resultado útil deste processo*".

DECIDO

Dispõe o artigo 300 do CPC que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

No caso em tela, verifico presente a probabilidade do direito. Com efeito, os


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Matão
FORO DE MATÃO
2ª VARA CÍVEL

Rua Leandro Bocchi, 560, ., Residencial Monte Carlo - CEP 15991-152,

Fone: (16) 3221-1908, Matao-SP - E-mail: matao2@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

elementos probatórios coligidos aos autos indicam a ocorrência de desacordo comercial com consequente falta de entrega dos insumos que gerariam o crédito que deu azo à emissão da Cédula de Produtor Rural Nº CPR1402024SURU (fls. 35/53), a qual estabelece que o pagamento dos produtos, que não teriam sido entregues, dar-se-ia por meio da entrega de parte da soja colhida até o dia 30/03/2025.

A ata notarial registrada em cartório, que reproduz trechos de conversas via WhatsApp, entre autor e representante da requerida, corrobora com a alegação de que os grãos e insumos não foram entregues, em razão da falta de prestação de garantia ou pagamento de uma dívida anterior, de 1,5 milhão e que, devido a isso foi emitida, pelo autor, nota fiscal de devolução dos produtos juntada aos autos a fls. 66, a qual também corrobora com o alegado.

Por outro lado, o *periculum in mora* deriva da possibilidade de realização de busca e apreensão das 20.000 sacas de soja colhida, o que comprometeria a subsistência dos autores.

Nesse sentido, *mutatis mutandis*:

TUTELA DE URGÊNCIA – Ação de prorrogação de vencimento de cédula de produto rural – Alegação de que a ré agravante, injustificadamente, deixou de fornecer ao autor os produtos e insumos necessários ao plantio e colheita da safra 2019/2020, fato que o impossibilitou de cumprir os termos da cédula de produto rural - Decisão agravada que determinou a suspensão da exigibilidade da CPR nº 13/2018 – Cabimento – Insurgência da ré, que alega ter fornecido insumos para a plantação de amendoim, os quais foram desviados pelo agravado e utilizados para a plantação de milho na mesma área - Hipótese que será melhor esclarecida durante a instrução do processo - Perigo de dano ao agravado, que poderá ser constrangido e prejudicado com a indevida negatificação de seu nome em virtude da ausência de pagamento de débito possivelmente injustificado – Presença dos requisitos do art. 300 do CPC para a concessão da medida – Decisão de deferimento mantida – Recurso não provido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2212571-53.2021.8.26.0000; Relator (a): Paulo Pastore Filho; Órgão Julgador: 17ª Câmara de Direito Privado; Foro de Osvaldo Cruz - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 22/11/2021; Data de Registro: 22/11/2021)

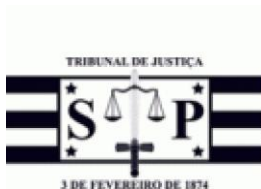
Dessarte, estando presentes os requisitos do art. 300 do Código de Processo Civil, **DEFIRO a tutela de urgência cautelar, para determinar a suspensão da cláusula 4.1 do contrato de fls. 35/53, que determina a entrega de parte da soja ao requerido.**

Faculta-se à parte autora providenciar a impressão da presente decisão/ofício através do site do TJSP e encaminhá-lo à ré, a fim de agilizar o cumprimento do provimento concedido em sede de tutela antecipada.

Sem prejuízo, a fim de preservar o direito da requerida, caso comprovada a entrega dos insumos e dos grãos, a parte autora deverá reservar **20.000 sacas com 60kg**, até que a requerida manifeste-se nos autos, em cinco dias.

Anote-se que, no prazo assinalado, a parte requerida deverá comprovar a efetiva entrega dos grãos e insumos.

Apresentada a manifestação da requerida, tornem para análise da manutenção ou revogação da tutela.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Matão

FORO DE MATÃO

2ª VARA CÍVEL

Rua Leandro Bocchi , 560, ., Residencial Monte Carlo - CEP 15991-152,
Fone: (16) 3221-1908, Matao-SP - E-mail: matao2@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Quanto ao requerimento de gratuidade da justiça, a atividade do autor de produtor rural indica que possui condições de arcar com as custas e despesas processuais.

Assim, com fulcro no artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil, faculto à parte autora a comprovação de que preenche os requisitos necessários à concessão do benefício, mediante (i) exibição de suas declarações de imposto sobre a renda, (ii) de documentos contábeis comprobatórios dos valores obtidos com o exercício da atividade rural, bem como (iii) de outros documentos comprobatórios da alegada hipossuficiência financeira.

Prazo: quinze dias, sob pena de indeferimento do benefício.

Intime-se.

Matao, 26 de março de 2025.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**